Acervo ISA

Myky

CEDI - P. I. B.
DATA 16/10/86
COD MY D05

VALE A PENA ALFABETIZAR 28 PESSOAS?

por
Ruth Maria Fonini Monserrat

Trabalho apresentado na XIII Reunião Nacional da Associação Brasileira de Antropologia.

Museu Nacional - UFRJ
1º semestre de 1982

Acervo ISA

"Só há uma solução para o problema nacional, e essa solução é a democracia consequente."

(V.I.Lenin, Notas críticas sobre a questão nacional)

Acervo ISA

Vale a pena alfabetizar 28 pessoas?

A pergunta, assim formulada, é bastante genérica. Ela permite que se questione com Platão(427-348 A.C.), pela boca do rei Thamus, as vantagens da escrita para a humanidade:

"mas no que se refere à escrita: "esta ciência, oh rei, disse Theut, tornará os egípcios mais sábios e mais capazes de recordar, porque este achado é remédio útil para a memória e para a doutrina". E disse o rei: "oh, artificiosíssimo Theut, alguns são aptos para gerar as artes, outros para julgar que vantagens ou que prejuízos advirão para aqueles que delas se servem. E agora tu, como pai das letras, em tua benevolência para com elas, afirmas o contário do que podem. As letras, ao dispensar o exercício da memória, serão causa de olvido no ânimo dos que as tenham aprendido, pois, confiando na escrita, recordarão por meio desses signos exteriores, e não por eles mesmos, por um esforço seu interior..."[1]

Mas Platão viveu e escreveu quando a escrita, como conquista humana, ainda tinha alcance muito restrito e o mundo ainda não possuía as dimensões universais que hoje possui. Ele era, para o jovem Estado ateniense, o mundo "civilizado" compreendido nos limites da Ática, rodeado de "bárbaros" por todos os lados.

Portanto, uma primeira ponte da pergunta-título para o particular exigiria a inserção nela de um advérbio temporal que a situasse na história:

Vale a pena, hoje, alfabetizar 28 pessoas?

2400 anos depois de Platão ainda há pessoas que se indagam seriamente sobre o valor intrínseco do código escrito da linguagem, ao

compararem, valorizando mais os segundos, povos com escrita e povos que não a desenvolveram. São antropólogos, em geral, tais pessoas. Eis uma ilustração desse tipo de pensamento:

"La alfabetización pone los ojos y los oídos al sevicio de la boca que lee y de la mano que escribe. Venga pronto una aculturación total y verdadera, que lleve a cantar y a reir, a expresarse por los ademanes y todo el cuerpo, a dibujar y a jugar, a inventar y a celebrar. Nuestra pobre alfabetización, bisneta de Gutenberg, perderá entonces su tosco orgullo letrado..."[2]

Lástima não perceberem esses cientistas que também à escrita serve a seguinte constatação:

"Toda modificação dos instrumentos culturais, na história da humanidade, se apresenta como um profundo questionamento crítico do "modelo cultural" precedente; e não manifesta seu alcance real se não se considera que os novos instrumentos operarão no contexto de uma humanidade profundamente modificada, seja pelas causas que provocaram a ação daqueles instrumentos, seja pelo uso dos próprios instrumentos."[3]

Voltemos então à nossa questão inicial, particularizando-a um pouco mais: Vale a pena, hoje, alfabetizar um povo indígena com apenas 28 pessoas?

Há, sim, muita gente questionando o valor da escrita, não já para toda a humanidade, mas para aquelas camadas da população de um país - como os indígenas, por exemplo - que estariam à margem do mundo tecnológico, este sim um mundo indissociável da escrita. Subjacente a essa colocação está a crença de que é possível a uma comunidade indígena atual, que tenha ligações, mesmo as mais tênues, com a sociedade do Estado nacional no qual se acha geograficamente inserida, não

Acervo ISA

estar ao mesmo tempo visceralmente ligada à realidade tecnológica, ao mundo da escrita, que é o que está na base de qualquer Estado atual, por dependente que seja de outros Estados. E não há como ignorar que:

"Na experiência histórica de qualquer povo entra a assimilação das conquistas de outros povos. Jamais houve nações ou culturas nacionais que se desenvolvessem à margem da influência de outras nações e de suas culturas."[4]

Ainda a esse respeito, eu gostaria de relatar aqui um fato ocorrido na aldeia Tapirapé, de que tive conhecimento por intermédio da colega Tania Clemente: Marcos, o velho chefe Tapirapé, não mais fazia determinado tipo de trançado com palha de buriti, que outrora fora comum, conforme testemunhava fotografia e texto no livro de Baldus sobre os Tapirapé. Seu filho Xãrio, no entanto, alfabetizado em Tapirapé e sabendo ler e escrever também em português, leu para o pai a descrição que desse tipo de trançado se faz no livro. E o velho Marcos aprendeu a fazê-lo. Ora vejam o paradoxo - para aqueles que execram o mundo da escrita - : precisamente a escrita, estranha à cultura tradicional Tapirapé, permitiu ao velho chefe a recuperação de um traço cultural próprio já perdido...

Decididamente, o homem contemporâneo é essencialmente "homo scriba".

As pontes até aqui estendidas para o particular, a partir da questão inicial, não são entretanto suficiente para se perceber com clareza a relação existente entre alfabetização e "homo scriba", expressão condensada da essência humana atual.

Para começo de conversa, o que é mesmo alfabetização?

Uma técnica? Parece que sim, a julgar por certas pessoas, segundo as quais a situação de contato pode gerar, para grupos ou indi-

Acervo ISA

víduos indígenas determinados, a necessidade de aprender a ler e escrever em portugues, a fim de melhor se defenderem da sociedade exploradora nacional. A aquisição dessa técnica é definida como alfabetização e vista unicamente como instrumento de defesa à disposição dos povos indígenas. Quanto à língua materna indígena, no dizer de um dos defensores desta idéia:

"...acreditamos que, enquanto os índios tiverem o pleno domínio de sua língua, enquanto ela for um sistema vivo e operante, não verão nenhuma razão para a alfabetização em sua língua materna".[5]

Nem todos pensam assim. A alfabetização pode ser vista como passo fundamental em direção à auto-realização do ser humano em sua potencialidade máxima atual, ou seja, também como "homo scriba". Neste sentido, é algo que envolve necessariamente o uso da língua materna:

"Num sentido muito restrito, pode-se falar de alfabetização como o domínio de uma técnica de transposição da fala para um código escrito. Nesse sentido, não interessaria qual a língua utilizada para tal fim. Num plano mais amplo, porém, mesmo esse domínio "técnico" será sempre questionável na medida em que a língua utilizada não for a materna, isto é, aquela na qual o indivíduo pode realmente expressar o seu ser social (comunicação) e individual (pensamento) por completo. Seria mais ou menos como conhecer algumas regras do xadrez e jogá-lo tendo à disposição só algumas peças do jogo... Então, nesse sentido mais abrangente, alfabetização seria o domínio da língua (materna) no nível escrito (leitura e escrita). Daí aquela definição aparentemente muito simples e que, a meu ver, dá margem àquela outra interpretação mais restrita de alfabetização, 'o indivíduo lê e compreende tudo que pode escrever, e escreve tudo o que pode falar'. Ora, esse <u>tudo</u> só é realmente tudo na sua língua materna.".[6]

Acervo ISA

Por outro lado, será que basta estar alfabetizado, tornar-se senhor da riqueza integral da própria língua, para poder realizar-se hoje plenamente como "homo scriba"? Essa hipótese é absurda, principalmente no que se refere às comunidades indígenas atuais, pois é precisamente o contato com o mundo tecnológico, por intermédio da sociedade nacional, que confere sentido histórico à aquisição do código escrito para sua própria língua por parte de um povo que não o tenha desenvolvido até então por recurso próprio. E se o contato é uma realidade objetiva, então, para que um povo indígena possa inserir-se, sem ser destruído como povo, no mundo maior, supra-povo, da sociedade nacional, é-lhe indispensável o conhecimento da língua dessa sociedade, tanto em sua expressão oral como escrita.

A alfabetização, em relação ao contexto indígena (e não só em relação a ele, na verdade), é concebida assim como o passo inicial fundamental no caminho para a auto-realização do ser humano em sua essência atual. E o domínio, como segunda língua, da língua nacional, é visto como condição necessária para o ingresso de qualquer comunidade na comunidade humana universal.

Respondo, pois, à questão inicial, tanto em sua formulação mais geral, como em cada uma de suas particularizações, findando por esta última: Vale a pena, hoje, no Brasil, alfabetizar um povo indígena com apenas 20 pessoas - a alfabetização compreendida como passo fundamental para uma inserção verdadeiramente humana na comunidade universal?

Sim, vale a pena.

Isto posto, devemos enfrentar outro problema, de igual senão maior relevância: é possível, hoje, no Brasil, etc. etc., alfabetizar um povo indígena com apenas 20 pessoas?

A resposta a esta questão exige que se situe concretamente esse povo no tempo e no espaço, a fim de que se possa visualizar com clareza

es perspectivas objetivas que esse "valer a pena" tem de tornar-se realidade.

Trata-se do povo Mỹky. O trecho a seguir, da missionária do CIMI que vive entre eles, enfoca sua situação:

"Os Mỹky foram contactados em junho de 1971, na cabeceira do Córrego Rico, região do rio Papagaio, MT, município de Diamantino. Eram apenas 23 pessoas vivendo arredias nas matas e cabeceiras dos córregos, por medo de ataques já sofridos, sobretudo pelos índios Rikbaktsa, moradores das margens do Juruena. Usavam ainda o machado de pedra.

Os Mỹky são classificados linguisticamente como grupo isolado. Possuem a mesma cultura e língua dos Iranxe da aldeia do Cravari, região do serrado, embora haja diferenças dialetais entre os dois grupos e um grande desnível em termos de contato com a nossa civilização.

Logo no início do contato a área Mỹky foi invadida por fazendeiros e 5 índios morreram de uma epidemia de gripe. (...) Hoje os Mỹky ocupam uma área de 47.000 ha, delimitada mas ainda sem decreto.

(...) possuem um conhecimento bastante rudimentar do português a partir da presença no grupo desde 1972 de um índio Iranxe que lá se estabeleceu e também devido ao convívio com os missionários. Mantêm atualmente um contato sempre maior com a população envolvente, pois a área acha-se cercada por mais ou menos 10 fazendas e a cidadezinha da colonizadora Brasnort fica a apenas 43 km da porteira da aldeia.

(...) Em fins de 1979 (...) eu fui para lá com a intenção de estabelecer uma convivência, aprender a língua e discernir um futuro processo educacional para esse grupo de 28 pessoas, sem grandes perspectivas demográficas: são apenas 4 famílias e devido ao sistema de parentesco já 4 rapazes e 2 meninas não têm possibilidade de casamento."[7]

Resumindo, os Mỹky:

a) são em número extremamente reduzido,

b) conhecem muito pouco do português,

c) estão cercados de fazendas por todos os lados e em contato cada vez maior com a população envolvente não-índia, e mais

d) querem "escola", mas não entendem o que escola tem a ver com a língua Mỹky. Escola, para eles, é algo que só existe a partir da relação com o KEWA (não-índio, civilizado), portanto só tem a ver com o português. Como diz Elisabeth Rondon Amarante, no mesmo relatório, "...já alguns se questionam: "pra que escrever o Mỹky? Em português bom. Funai escrever, fazendeiro escrever. Mỹky, para quem que escrever?".A explicação da valorização da língua e da cultura (...) e mesmo a de que a língua materna servirá de ponte para o português, deixam os Mỹky de certo modo impacientes e insatisfeitos".

Por outro lado, as pessoas envolvidas com o processo educacional para o povo Mỹky, que entendem a alfabetização no sentido antes expresso têm a enfrentar ainda:

e) o estágio incipiente de domínio da língua indígena, por parte da educadora não-índia,

f) o estágio incipiente da análise lingüística do Mỹky, que está sendo realizada pela assessora lingüística,

g) a situação concreta da educadora, que é uma só e que tem de se dividir em diversas e variadas funções: " conviver, cuidar da roça, participar do trabalho das mulheres, atender à saúde (não sendo enfermeira), planejar e levar adiante o processo escolar com tudo o que isso supõe de estudo e de elaboração do material, todo ele feito a mão".

Face a tudo isso, Elisabeth se pergunta: "como concretamente nessa atuação educacional, formal ou informal, poderá acompanhar e orientar esse processo evitando o mais possível conseqüências negativas e respeitando a auto-determinação Mỹky? Corremos o risco de apesar de

toda a boa vontade, reflexão e estudo, fazer uma escola Mỹky que ainda acabe sendo transposição e adaptação do nosso sistema escolar (...) e o grande risco de tornar os Mỹky cobaias de nossas experiências educacionais".

Retornemos, pois, pela última vez, à nossa questão primeira, já tão modificada:

Diante de tantos e tão variados obstáculos, é possível (...) alfabetizar o povo Mỹky, com apenas 28 pessoas?

O fato de que isso na prática esteja milagrosamente ocorrendo é prova viva, a meu ver, do papel fundamental do sujeito na história: "Se a história ainda está sendo feita, em medida inaceitável, pelos outros, então o problema está em passarmos a fazê-la mais decisivamente nós mesmos."[8]

Notas.

1. Platão, diálogo Fedro, apud Umberto Eco, "Cultura de massa e "níveis" de cultura", in Educación - La Revista del Maestro Peruano, nº6, 1971, Lima, Peru, p.38

2. Dubly, Alain, in América Indígena, vol. 33, 1973, apud Maria Elisa Ladeira, "Sobre a língua da alfabetização indígena, in A Questão da Educação Indígena, Comissão Pró-Indio, Ed. Brasiliense, 1981, p.173.

3. Eco, Umberto, op. cit., p.38

4. Kaltajchián, S. El leninismo sobre las naciones y las nuevas comunidades humanas internacionales, Ed. Progreso, Moscú, 1977, p. 385.

5. Ladeira, Maria Elisa, "Sobre a língua da alfabetização indígena", in A Questão da Educação Indígena, Comissão Pró-Índio, Ed. Brasiliense, 1981, p. 173.

6. Grizzi, Dalva C. Sampaio e Aracy Lopes da Silva, "A filosofia e a pedagogia da educação indígena: um resumo dos debates", in A Questão da Educação Indígena, Comissão Pro-Indio, Ed. Brasiliense, 1981, nota 2, p. 21, citando trecho da Carta à Sub-Comissão de Educação de Ruth Maria Fonini Monserrat.

7. Amarante, Elisabeth Rondon, "Experiência de educação entre os Mỹky" in Encontro de Educação Indígena, mimeo, Opan, 1982.

8. Konder, Leandro, O que é a Dialética?, Ed. Brasiliense, 1981, p.78.